

DO COMUNISMO AO MARXISMO

DEL COMUNISMO AL MARXISMO

FROM COMMUNISM TO MARXISM

Oswaldo Coggiola¹

Resumo: O comunismo consolidou-se politicamente na segunda metade do século XIX; sua identificação com o *marxismo* teve um longo percurso. Este texto trata das teorias sobre comunismo e socialismo em seu processo histórico. Aponta que Marx e Engels trouxeram ao comunismo uma capacidade de formular seus objetivos baseada numa síntese de conhecimentos que nenhum de seus teóricos pregressos possuía.

Palavras-chave: comunismo. socialismo. marxismo.

Resumen: El comunismo se consolidó políticamente en la segunda mitad del siglo XIX; su identificación con el marxismo tuvo un largo recorrido. Este texto trata de las teorías sobre el comunismo y el socialismo en su proceso histórico. Apunta que Marx y Engels trajeron al comunismo una capacidad de formular sus objetivos basada en una síntesis de conocimientos que ninguno de sus teóricos previos poseía.

Palabras clave: comunismo. socialismo. marxismo.

Abstract: The communism was politically consolidated in the second half of the nineteenth century; his identification with marxism has come a long way. This text deals with theories about communism and socialism in its historical process. It points out that Marx and Engels brought to communism a capacity to formulate their objectives based on a synthesis of knowledge that none of their previous theorists had.

Keywords: communism. socialism. marxism.

Os comunistas não são nenhum partido particular face aos outros partidos operários. Não têm nenhum interesse separado dos interesses do proletariado todo. Não estabelecem princípios particulares segundo os quais queriam moldar o movimento proletário. Os comunistas diferenciam-se dos demais partidos proletários apenas pelo fato de que, por um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários acentuam e fazem valer os interesses comuns, independentes da nacionalidade, do proletariado todo, e pelo fato de que nos diversos estádios de desenvolvimento por que a luta entre o proletariado e a burguesia passa, representam sempre o interesse do movimento total. Os comunistas são, pois, na prática, o sector mais decidido, sempre impulsionador, dos partidos operários de todos os países; na teoria, eles têm, sobre a restante massa do proletariado, a vantagem da inteligência das condições, do curso e dos resultados gerais do movimento proletário (Karl Marx e Friedrich Engels, **Manifesto Comunista**)

O comunismo se consolidou politicamente na segunda metade do século XIX; sua identificação com o *marxismo* teve um longo percurso. Na era moderna, as teorias comunistas remontavam ao século XVI, simbolizadas na *Utopia* de Thomas Morus (1516), que chegou ao posto de chanceler da Inglaterra de Henrique VII, na qual defendia que “a menos que a propriedade privada seja completamente abolida, não é possível haver distribuição justa de bens e nem a humanidade pode ser governada adequadamente. Se a propriedade privada permanecer, a grande e melhor parte da humanidade continuará oprimida por um fardo pesado e inevitável de angústia e sofrimento”.² No século XVII, Francis Bacon, no romance *A Nova*

Atlântica descrevia uma sociedade governada pela ciência e a solidariedade, e James Harrington criticava, em *Oceana*, a desigual distribuição da propriedade e dos bens; no mesmo século, Tommaso Campanella, em *La Città del Sole* defendia um comunitarismo radical. Todas essas “utopias” eram sintomaticamente situadas em pontos longínquos de um mundo ainda em grande parte desconhecido. Mas também antecipavam a crítica social moderna, com “suas propostas positivas relativas à sociedade futura, a supressão da distinção entre cidade e campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social e a transformação do Estado numa simples administração da produção e o desaparecimento do antagonismo entre as classes, que esses autores conheciam em formas imprecisas.... essas propostas tinham um sentimento puramente utópico”³.

Com o desenvolvimento do capitalismo, esses antagonismos se precisaram: 1848 revelou o socialismo e o comunismo como forças políticas atuantes no cenário europeu, superando seu estágio de utopias intelectuais ou de seitas conspirativas. O termo *socialismo* surgira na primeira metade do século XIX para designar àqueles que acreditavam na origem contratual de uma sociedade de homens livres e iguais. Contraposto a "individualismo", era frequentemente utilizado como sinônimo de "cooperativismo": "Antes de 1848, em todos os países, a palavra socialismo tinha um sentido absolutamente inofensivo aos ouvidos do homem"⁴. A elaboração de sistemas socialistas por parte de intelectuais refletiu o abalo que a miséria social criada pela transformação capitalista provocou na consciência dos elementos mais lúcidos e honestos da sociedade. Refletiu também uma situação histórica única: "O que aconteceu no mundo ocidental, entre meados do século XVIII e meados do século XIX, foi único e carecia de antecedentes. Nunca antes acontecera a junção de um levante democrático com uma mudança técnica radical que alterava totalmente o ambiente do homem e seu modo de vida. A mudança decorrente nas instituições e nas atitudes mentais foi mais profunda do que qualquer outra que a humanidade tivesse experimentado desde a ruptura da sociedade tribal que possibilitou a vida urbana".⁵ A perspectiva de mudar o mundo pelo avesso não era utópica num mundo que estava sendo ele próprio virado pelo avesso.

O *comunismo* originou-se no racha do jacobinismo francês representado por Gracchus Babeuf e Filippo Buonarroti na Revolução Francesa: “Pouco depois [do golpe antijacobino] Babeuf se deu conta de que o governo instalado no poder após o 9 Thermidor tentava encerrar a revolução, em vez de fazê-la avançar, esvaziando-a de qualquer conteúdo econômico-social. Nesse momento, ele passa a se colocar contra a direção que aqueles que estavam no poder queriam impormir à França e, ao mesmo tempo, começa a reler o processo revolucionário. ... Babeuf começa a rever o papel da violência no processo revolucionário”.⁶ No programa da “Conspiração dos Iguais” de 1796, a política jacobina fundia-se com uma perspectiva de igualdade econômica e social. A fusão da revolução política com o comunismo utópico dos círculos operários ganhou força na primeira metade do século XIX. O principal representante desse “comunismo realmente atuante”, na Europa de 1840, era a “Liga dos Justos”. A Liga era composta por trabalhadores, principalmente artesãos alemães exilados, alocados em Londres, Bruxelas e Paris, e em algumas partes da Alemanha. Não se tratava de proletários modernos trabalhando em grandes fábricas mecanizadas. A “Liga”, como federação, era secreta, mesmo que as suas seções (da França, Alemanha, Bélgica, e a Associação de Operários Alemães de Londres) fossem legais e atuassem à luz do dia.

Uma corrente de elos contínuos levou do jacobinismo radical até o comunismo moderno e sua principal expressão teórica, o *marxismo*. Em 1843, Marx, editor da *Rheinische Zeitung* (“Gazeta do Reno”), polemizou contra um jornal alemão (o *Augsburger*) que atacava o comunismo: “Ele respondeu em síntese: vocês não têm o direito de atacar o comunismo. Não conheço o comunismo, mas se ele assumiu a defesa dos oprimidos não pode ser condenado sem mais. Antes de condená-lo, é preciso ter um conhecimento exato e completo dessa corrente. Quando saiu da *Rheinische Zeitung*, Marx não era ainda um comunista, mas já era um homem interessado no comunismo como tendência e como filosofia especial”⁷; “A Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung*), que não pode sequer atribuir uma realidade teórica às ideias comunistas em sua atual forma, e muito menos desejar ou considerar possível a sua realização prática, submeterá essas ideias a uma crítica severa. Se o *Augsburger* quisesse e pudesse produzir mais do que frases escorregadias, ele perceberia que escritos como os de Leroux, Considérant, e sobretudo o trabalho penetrante de Proudhon, só podem ser criticados depois de longa e profundamente estudados, e não através de noções passageiras e superficiais... Devido a esse desacordo, temos que considerar com toda seriedade esses trabalhos teóricos. Estamos firmemente convencidos de que o verdadeiro problema reside não no esforço prático, mas na explicação teórica das ideias comunistas. Tentativas práticas perigosas, mesmo que realizadas em larga escala, podem ser derrubadas de um só golpe, mas as ideias conquistadas pela inteligência, incorporadas em nossa perspectiva, forjadas em nossa consciência, são amarras das quais não nos livramos sem partir nossos corações; são demônios que superamos apenas quando a eles nos submetemos”⁸.

A “Liga” se fez comunista antes da redação do *Manifesto* redigido por Marx e Engels, documento destinado a balizar a ação *política* do proletariado revolucionário: a inelectualidade revolucionária passava a se dirigir à classe operária transformada em sujeito revolucionário; nos séculos precedentes isso teria sido impossível: “(Spinoza) embora com plena consciência da força revolucionária de sua obra, rejeitava toda forma de demagogia e só se dirigia à camada dos intelectuais, da qual deveria surgir a revolução”⁹. No século XIX era o “socialismo revolucionário, o comunismo, que a burguesia batizou com o nome de blanquismo, derivado de Auguste Blanqui”¹⁰, que encabeçara o frustrado levantamento parisiense de maio de 1839. Antes da sua adesão à Liga, Marx e Engels já eram conhecidos como comunistas. Um informe da polícia alemã, de 14 de fevereiro de 1846, relatava: “Três chefes comunistas alemães, entre os quais se encontra Karl Marx, estão preparando a edição de oito volumes sobre o comunismo, sua doutrina, suas conexões, sua situação na França e na Inglaterra. Os outros dois colaboradores são Engels e (Moses) Hess, conhecidos comunistas, o primeiro dos quais chegou aqui vindo da Suíça. A obra será publicada na gráfica do *Der Deutsche Steueremann* de Paris”¹¹. A obra que inquietava esses policiais nunca foi publicada. O *Manifesto Comunista*, uma simples brochura, teve impacto mais duradouro do que a coleção projetada e nunca realizada.

“Antes de 1848 a única práxis sobre a qual Marx podia refletir era a dos jacobinos e seus sucessores entre as seitas radicais de Paris; por outro lado, a sua economia (e a de Engels) era já a dos socialistas ricardianos e owenistas da Grã-Bretanha. Mas o arsenal de instrumentos conceituais com que contribuiu para o conhecimento dos fatos compreendia um elemento que nem o racionalismo francês nem o empirismo britânico podiam prover; a filosofia da história de Hegel e a visão de que a totalidade do

mundo forma um conjunto ordenado que o intelecto pode compreender e dominar”:¹² o *Manifesto* foi sua primeira grande síntese. A revolução de junho de 1848 também carregou a palavra *socialismo* de um novo conteúdo, de caráter revolucionário. “Socialismo” e “comunismo” tenderam a se fundir. Com a transformação capitalista do cenário econômico europeu houve a passagem da democracia revolucionária para as ideologias proletárias. A trajetória de Louis-Auguste Blanqui foi a expressão viva da transição da democracia jacobina radical para o socialismo proletário, associado aos nomes de Marx, Lassalle e Engels: na França, esse socialismo era chamado de “socialismo alemão”; anos depois Jean Jaurès escreveu um texto chamado *História do Socialismo Alemão* e, em finais do século XIX, Werner Sombart publicou *Le Socialisme Allemand*. A expressão designava uma doutrina “realista e materialista” contraposta ao idealismo revolucionário francês: Paul Lafarge (defensor da teoria marxista) e Jean Jaurès protagonizaram um célebre debate a respeito.

“O que fez decisivo o blanquismo no movimento revolucionário na França foram as técnicas da conspiração e da insurreição armada, e a ideia de uma breve ditadura transitória”¹³. Blanqui insistia na necessidade de uma etapa intermediária de “ditadura temporal”, embora não se referindo a uma “ditadura do proletariado”; defendeu a ideia de luta de classes, em explícita oposição aos socialistas “utopistas” (“Não há uma comunidade, mas uma oposição, de interesses; não existe outra relação que a luta entre eles”). Blanqui foi “o primeiro que formulou – depois de Babeuf – a teoria da luta revolucionária de classes”.¹⁴ Mas não o fazia sobre a base da análise do capitalismo, mas da lógica dos jacobinos radicais, que defendiam que o direito à existência devia sobrepor-se ao direito de propriedade: a existência de uma minoria privilegiada violava o princípio de igualdade, vigente na sociedade primitiva. Blanqui filiava-se às doutrinas do subconsumo, entendendo que as mercadorias se vendiam uniformemente por cima de seu valor, não achando que a acumulação capitalista se devesse à exploração da classe operária, mas ao “excesso” que os capitalistas cobravam dos consumidores. O lucro do capital, para Blanqui, não se originava na esfera da produção (a fábrica), mas na esfera da circulação (o comércio). Chegou à conclusão da necessidade de uma economia desmonetizada, em que os produtores cambiassem seus bens pelo seu exato valor de custo, uma teoria que fincava suas raízes em um país eivado de pequenos produtores rurais e urbanos.

Blanqui via o conteúdo da história no movimento que conduzia do individualismo absoluto dos selvagens ao comunismo, “sociedade futura” e “coroa da civilização”. O meio para superar o individualismo seria, para Blanqui, a instrução pública: “O trabalho é o povo; a inteligência são os homens que o dirigem”. Sua prédica era anticapitalista: “O capital é trabalho roubado”. Alexis de Tocqueville, em seus *Souvenirs de 1848*, lembrou Blanqui como “horrrível”: “Tinha suas bochechas macilentas e enrugadas, os lábios brancos, o ar doente, mau e imundo, uma palidez suja, o aspecto de um corpo decadente, sem linha visível, com uma velha levita negra grudada sobre membros esqueléticos e descarnados; parecia ter vivido em um esgoto”. Blanqui militou contra o Segundo Império, agrupando estudantes e trabalhadores, sendo novamente preso; gozou de breve liberdade entre 1859 e 1861, quando foi novamente encarcerado em Belle-Île-en-Mer (desde a prisão, dirigiu uma carta-apelo ao comitê socialista de Londres, que foi publicada, prefaciada por Karl Marx). Novamente escapou e refugiou-se na Bélgica (Bruxelas), em agosto

de 1865, regressando a Paris quatro anos depois, graças a uma anistia geral; continuou organizando insurreições (putschs armados) que terminaram sempre em fracasso (e em prisão para seus organizadores, Blanqui incluído).

“Vinculava-se a Blanqui, o intrépido conspirador revolucionário, o segmento do proletariado que entendia como necessária a conquista do poder político por uma minoria decidida, que, conduzindo a massa mediante sua experiência e atividade, poderia manter o poder através de uma estreita centralização”.¹⁵ Para Engels “os blanquistas eram, no quadro da grande massa, socialistas dotados de instinto proletário-revolucionário”: “Blanqui é essencialmente um político revolucionário. Ele é um socialista só através de sentimentos, através de sua simpatia para com o sofrimento do povo, mas ele não tem nem uma teoria socialista, nem quaisquer sugestões práticas definitivas para soluções sociais. Na sua atividade política, era essencialmente um homem de ação, acreditando que uma pequena minoria bem organizada iria tentar um golpe de força política, no momento oportuno, e poderia levar a massa do povo com eles, através de alguns êxitos e assim dar início a uma revolução vitoriosa”.¹⁶ Marx e Engels observaram atentamente a atividade revolucionária de Blanqui, e se colocaram a tarefa de transformar o “instinto revolucionário” expresso no blanquismo francês ou no cartismo inglês, em programa revolucionário de bases sólidas (ou “científicas”). O documento nascido desse esforço, o *Manifest der Kommunistischen Partei*, foi publicado em fevereiro de 1848, em Londres. O *Manifesto* tinha sido encomendado, entre três e quatro meses antes, pela Liga dos Justos. As bases da “teoria marxista” foram postas conjuntamente por Marx e Engels no período imediatamente anterior e posterior às revoluções de 1848.

O antecedente do *Manifesto Comunista* foram os *Princípios de Comunismo*, redigidos por Engels por encomenda da Liga dos Justos, definido como “a aprendizagem das condições de libertação do proletariado”. Os *Princípios* continham um “programa de ação” em doze pontos, e definia que a revolução proletária não “será feita num só país”, já que “a grande indústria, criando o mercado mundial, aproximou já tão estreitamente uns dos outros os povos da Terra, que cada povo depende estreitamente do que acontece com os outros... A revolução social não será uma revolução puramente nacional. Produzir-se-á ao mesmo tempo em todos os países civilizados”. Foi Engels quem sugeriu a substituição dos *Princípios* pelo *Manifesto*, que poderia conter os elementos históricos que o “catecismo” por ele redigido não continha, e “cuja ideia central de luta de classes, baseada sobre a análise científica do devir histórico, podia legitimamente encontrar fundamento nas desordens sociais que se multiplicavam desde 1830 nas grandes cidades operárias europeias, que turbavam seus contemporâneos; os ‘novos bárbaros’ de Lyon (1831,1834), de Paris (1834, 1840), de Barcelona (1842), de Breslau (1844), de Berlim (1845) e de todas as cidades manufatureiras da Inglaterra agitadas pelo cartismo, eram uma ameaça para a nova sociedade industrial em vias de construção sobre a onda do capitalismo vitorioso”.¹⁷

Nos *Princípios de Comunismo* Engels respondia assim à pergunta “o que é comunismo?": “É um sistema segundo o qual a terra deve ser um bem comum dos homens. Cada um deve trabalhar e produzir de acordo com as suas capacidades, e gozar e consumir de acordo com as suas forças”. Diferenciando-o claramente do “socialismo”, “que deve seu nome à palavra latina *socialis*. Ocupa-se da organização da

sociedade e das relações entre os homens. Mas não estabelece nenhum sistema novo: sua ocupação principal é consertar o velho edifício, esconder as suas fissuras, obra do tempo. No máximo, como os fourieristas, pretendem construir um sistema novo acima dos velhos e podres alicerces do chamado capitalismo”. A forma dos *Princípios*, que foram substituídos pelo *Manifesto*, “teria, em todo caso, contribuído para torná-lo acessível a todos e não o contrário. Teria sido mais apropriado às necessidades de agitação do momento do que o Manifesto que o substituiu; quanto ao desenvolvimento das ideias, os dois documentos coincidem inteiramente. No entanto, Engels, mostrando até que ponto ele era escrupuloso, sacrificaria de saída as vinte-e-cinco perguntas e respostas por uma exposição histórica: o manifesto, no qual o comunismo se anunciaria como um fenômeno histórico universal, deveria - como dizia o historiador grego [Tucídides] - ser uma obra durável e não um panfleto para ser esquecido tão rapidamente quanto lido”¹⁸.

Na década de 1840, a história europeia assumira uma nova dimensão: a revolução social em potência encontrava sua expressão no proletariado. Sobre a base de uma classe operária que crescia e se mobilizava, era agora possível uma nova e mais significativa fusão da experiência e das teorias jacobino-revolucionárias com as socialistas e comunistas, num debate público e aberto. Na França, *Le National* atacava, em 1847, os “comunistas”. Outro jornal democrático, situado mais à esquerda, *La Réforme*, lhe respondia: “As propostas econômicas dos comunistas estão mais próximas de nós do que as do *Le National*, porque lhes reconhecemos o direito à discussão e porque as doutrinas que vêm dos próprios operários são sempre dignas de atenção”. Quando saiu da *Rheinische Zeitung*, Marx não era ainda um comunista, mas já estava interessado no comunismo como tendência e como filosofia. Em 1844, Marx escreveu “para os Anais Franco-Alemães, um primeiro manifesto revolucionário, que foi chamado de ‘o germe do Manifesto Comunista’: *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie-Einleitung*. Nesse ensaio ele se refere pela primeira ao ‘proletariado’ como ‘classe’, e fala da ‘formação’ (*Bildung*) da classe operária. Esses dois conceitos já haviam sido associados concretamente em um documento publicado em Paris quatro meses antes de sua chegada: em *L’Union Ouvrière* de Flora Tristan”¹⁹.

O socialismo e o comunismo tinham existido como doutrina na Alemanha desde pelo menos o início da década de 1830, mas foi em 1842 que eles atraíram a atenção geral pela primeira vez. Isso se deu em parte através de Moses Hess, quem converteu tanto Engels como Bakunin ao comunismo e publicou anonimamente propaganda comunista na *Rheinische Zeitung*, e em parte graças ao livro de Lorenz Von Stein, *Sozialismus und Kommunismus des heutigen Frankreichs* (“Socialismo e Comunismo na França Contemporânea”), uma investigação acerca da difusão do socialismo entre os operários alemães imigrantes em Paris. No festival comemorativo da proclamação da República Francesa de 1792, organizado pelos cartistas ingleses e realizado em 1845, a Liga dos Justos participou junto a outros grupos de exilados. No ano seguinte, em julho de 1846, Marx e Engels dirigiram, desde Bruxelas, em nome de um grupo de emigrados alemães, uma declaração de apoio e de adesão ao líder cartista inglês, O’Connor, publicada na folha cartista *The Northern Star*, e assinada “pelos comunistas democráticos alemães de Bruxelas, o Comitê: Engels, Ph. Gigot, Marx”. A influência do movimento cartista foi decisiva para o surgimento do comunismo operário, impulsionado por Marx e Engels. O comunismo se tornava uma força política na

Alemanha e na Europa (o “fantasma” evocado pelo *Manifesto Comunista* em seu primeiro parágrafo). Em carta de Engels a Marx, de fevereiro de 1845, aquele relatava a situação em Elberfeld: “Nossa propaganda [comunista] realiza um progresso extraordinário. As pessoas só falam do comunismo e todo dia recrutamos novos partidários. No vale do Wupper o comunismo já é uma realidade - melhor dito, é virtualmente uma força. Você não pode imaginar como é favorável a situação. As pessoas mais ignorantes, mais preguiçosas e mais filisteias, que há pouco não se interessavam por nada, estão praticamente gabando-se de seu comunismo. Não sei quanto tempo isso irá durar. A polícia enfrenta verdadeiras dificuldades e não sabe o que fazer”.²⁰

O que Marx e Engels traziam ao comunismo era uma capacidade de formular seus objetivos baseada numa síntese de conhecimentos que nenhum de seus teóricos progressos possuía: “Os pensadores do Século das Luzes, sem exceções notáveis, pensaram a organização social no quadro da propriedade privada dos meios de produção e da economia de mercado. Eram pensadores da burguesia ascendente. Na medida em que pensavam a emergência da burguesia como a libertação de toda a humanidade, também eram sensíveis à contradição flagrante entre a pretensão à liberdade das novas classes sociais e a realidade da exploração e da opressão. Spinoza e Diderot, Rousseau e Hegel, e Marx depois deles, diziam isso com toda a precisão. Eles eram a consciência dessa nova classe dominante, mas eram, retomando a expressão hegeliana, sua consciência infeliz. A burguesia tradicional, classe simultaneamente dominante e dominada, se desenvolvera no interior da sociedade feudal. Para atingir seus objetivos, derrubara os entraves da organização feudal. Desse modo, ela se apresentava como ‘classe universal’, representante de todas as classes populares e de todos os elementos produtivos da sociedade. Ela encontrava na filosofia e no desenvolvimento da ciência e das ‘humanidades’ o apoio intelectual indispensável. Porém, o desenvolvimento da razão e da confiança dos homens em sua capacidade e em seu esclarecimento, contradizia a realidade do capitalismo. A burguesia conduziu sua ascensão opondo-se a ela própria, e foi dessa oposição dialética que nasceu o movimento operário do século XIX, que se propôs enfrentar essa contradição e superá-la. Os direitos humanos não deviam mais ser apenas os direitos do burguês egoísta, mas ‘direitos reais’ e efetivos. A razão não mais podia justificar uma organização social na qual os homens se encontravam regularmente reduzidos à miséria extrema porque se produzia demais. Ou seja, o comunismo era a realização da filosofia, como afirmou Marx. O que a filosofia da era burguesa tinha desenvolvido de modo abstrato e contraditório, devia se tornar uma realidade efetiva. A universalidade do gênero humano seria a unidade prática dos proletários para destruir suas correntes. A liberdade radicava no desenvolvimento de todas as potencialidades contidas na natureza humana”.²¹

Em *A Sagrada Família*, texto de 1845, Marx e Engels já declaravam como objetivo o de dotar de um programa a um movimento já existente e consciente de seus objetivos: “Não há necessidade de explicar aqui que uma grande parte do proletariado inglês e francês já está consciente de sua tarefa histórica e trabalha constantemente para desenvolver essa consciência com total clareza”. O objetivo político do *Manifesto Comunista* era dotar de um programa a um partido já existente e atuante, mas com contornos ainda pouco definidos. O “partido comunista” de que falava o *Manifesto* era um partido internacional cujos embriões eram a Liga dos Comunistas e os *Fraternal Democrats*, isto é, de um lado, uma

organização composta, sobretudo, por alemães, mas dispersa por toda a Europa e, de outro, uma organização concentrada em Londres, mas composta de representantes exilados de grupos operários e comunistas de vários países do continente. Quinze anos, depois, em 1860, em *Herr Vogt*, Marx expôs o caminho teórico que o levou até a redação do *Manifesto* como programa para a Liga dos Justos (ou dos Comunistas, posteriormente), percorrido na década de 1840: “Publicamos ao mesmo tempo uma série de folhetos impressos ou litografados. Submetemos a uma crítica impiedosa a mistura de socialismo ou comunismo anglo-francês e de filosofia alemã, que constituía na época a doutrina secreta da Liga; estabelecemos que apenas o estudo científico da estrutura econômica da sociedade burguesa podia proporcionar uma sólida base teórica; e expusemos, por último, em forma popular, que não se tratava de colocar em vigor um sistema utópico, mas de intervir, com conhecimento de causa, no processo de transformação histórica que se efetuava na sociedade”.

Na mesma década, na França, Pierre-Joseph Proudhon, em *A Organização do Crédito*, afirmava: “O que precisamos, o que reivindicamos em nome dos trabalhadores, é a reciprocidade, a igualdade na troca, a organização do crédito”. O crédito gratuito seria a solução do problema social: com ele, os trabalhadores “comprariam” sua liberdade do capitalista através de um sistema mutualista baseado na gratuidade do crédito. Mas fracassaram as tentativas de organizar um “Banco dos Trabalhadores” (pela concorrência dos bancos capitalistas): “não se tratava de um sistema socialista, por carecer de planejamento central, e menos ainda era comunitário. O que era? Talvez apenas a peculiar visão que Proudhon deu do socialismo”.²² Apesar de criticá-lo, Marx viu em Proudhon, um sapateiro, a demonstração da capacidade de pensamento independente da classe operária. Outros utopistas manifestavam também indiferença em relação à política: “Na França, as oposições dinásticas e as aspirações republicanas da oposição deixaram Saint-Simon e Fourier indiferentes. Ambos saíram das provas da Revolução de 1789 bastante decepcionados, para não dizer mais, sem grandes simpatias pelos jacobinos ou pelos babeuvistas”.²³

Outro socialista francês, Louis Blanc, propunha que o Estado remediasse o problema social. Em *A Organização do Trabalho* criticava a economia individual, sustentando que a economia coletiva (a fábrica) acabaria por se impor. “O Estado Popular deve regular a produção”. Para isso, criaria *Oficinas Nacionais* mistas (privadas e estatais) a fim de que todos pudessem ter trabalho. “A concorrência levará à transformação social pacífica”, afirmava, rejeitando todo ato de violência revolucionária. E completava: “A revolução social pode ser atingida, talvez com maior facilidade, através da colaboração entre os operários e a burguesia”. Para isto, um instrumento: o sufrágio universal (Estado Popular). Foi com referência a estes dois últimos que Marx (em *Miséria da Filosofia*, de 1847) afirmou que “o ideal corretivo que gostariam de aplicar ao mundo não é senão o reflexo do mundo atual. É totalmente impossível reconstituir a sociedade sobre a base de uma sombra embelezada da mesma. Na medida em que a sombra vira corpo, percebe-se que o corpo, longe de ser o sonho imaginado, é apenas o corpo da sociedade atual”.

Os “novos comunistas” traziam consigo uma bagagem teórica também nova: “Os economistas ingleses e os filósofos alemães haviam compreendido perfeitamente a essência da sociedade burguesa moderna. Marx e Engels, ao colocarem as doutrinas de Ricardo e de Hegel a serviço da revolução democrática, descobriam os fundamentos teóricos dos quais careciam Louis Blanc, O’Connor e

Mazzini”.²⁴ Marx e Engels viram-se na obrigação de superar esse fundamento teórico, isto é, a filosofia clássica alemã e a economia política inglesa, elaborando uma síntese que desse um novo fundamento ao já existente comunismo, fusionando-o com o movimento de luta das grandes massas de trabalhadores: “A democracia tem como consequência inevitável o domínio político do proletariado, e esse domínio é a primeira premissa de todas as medidas comunistas”, escreveu Engels em outubro de 1847. O período de ruptura de Marx e Engels com o grupo filosófico dos “jovens hegelianos”, com Feuerbach e com o “comunismo filosófico” de Moses Hess, e de entroncamento com o proletariado revolucionário, foi culminado com o *Manifesto Comunista*, onde era colocado o objetivo da “elevação do proletariado à classe dominante”, simultaneamente ponto de ruptura com o socialismo filosófico e filantrópico anterior (o “socialismo utópico”) e ponto de partida para uma nova organização política da classe operária, doravante chamada *Liga dos Comunistas*.



Figura 1 - Capa da primeira edição do Manifesto Comunista (Londres, fevereiro de 1848)

No prefácio à edição de 1872 do *Manifesto*, Marx e Engels escreveram: “A Liga dos Comunistas, associação operária internacional que, nas circunstâncias de então, só podia evidentemente ser secreta, encarregou os abaixo-assinados, no Congresso que teve lugar em Londres em novembro de 1847, de redigir um programa detalhado, simultaneamente teórico e prático, do partido e destinado à publicação. Tal é a origem deste Manifesto, cujo manuscrito foi enviado para Londres, para ser impresso, algumas semanas antes da Revolução de Fevereiro. Publicado primeiro em alemão, houve nesta língua pelo menos doze edições diferentes na Alemanha, na Inglaterra e na América do Norte. Traduzido em inglês por Miss Helen Macfarlane, apareceu em 1850, em Londres, no *Red Republican*, e, em 1871, teve na América, pelo menos, três traduções inglesas. Apareceu em francês, pela primeira vez, em Paris, pouco tempo antes da

insurreição de junho de 1848, e, recentemente, em *Le Socialiste*, de Nova York”. O objetivo político do *Manifesto* era dotar de um programa a um partido de contornos pouco definidos: “O ‘partido comunista’ de que fala o *Manifesto* é um partido internacional cujos embriões são a Liga dos Comunistas e os *Fraternal Democrats*, isto é, de um lado, uma organização composta sobretudo por alemães, mas dispersa por toda a Europa e, de outro, uma organização concentrada em Londres mas composta de representantes exilados de grupos operários e comunistas de vários países do continente”.²⁵

O *Manifesto* foi o arremate de uma obra teórica, política e organizativa: “Análises da conjuntura pré-revolucionária, formação da Liga dos Comunistas, elaboração teórica, estão estreitamente entrelaçadas na atividade de Marx e Engels durante o ano de 1847 e janeiro-fevereiro de 1848, tendo o seu resultado político-organizacional no segundo congresso da Liga e sua grande síntese teórico-política no *Manifesto*”.²⁶ Na Liga dos Justos e na “Associação de Operários Alemães”, um de seus membros mais influentes, o artesão Wilhelm Weitling (“chefe espiritual” da Liga, que não tardou em ser afastado da Associação) admitia apenas as sociedades clandestinas de conspiradores, enquanto Marx exigia que se transformassem as agitações subterrâneas em um vasto movimento de massas. Nesse debate, com a vitória de Marx e Engels se chegava ao fim do processo desde o comunismo idealista dos artesãos alemães ou do comunismo “filosófico e sentimental” de Weitling; desde “a mistura de socialismo ou comunismo franco-inglês e de filosofia alemã que constituía a doutrina secreta da Liga”, para o que Marx chamou de “uma observação científica da estrutura econômica da sociedade burguesa, único fundamento teórico sólido” para substituir a aspiração por “um sistema utópico qualquer, por uma participação consciente no processo histórico da revolução social que se cumpria sob os nossos olhos”.

A derrubada do capitalismo não seria o resultado automático das suas contradições, mas da organização consciente dos trabalhadores. A perspectiva da revolução proletária (ou comunista) encontrava-se vinculada a: a) A maturidade social e política do proletariado para realizá-la, o que dependia: b) Das condições materiais objetivas, medidas pela própria maturidade do capitalismo, em escala internacional. Ambos os fatores tinham um caráter dinâmico, determinado pela “subversão contínua da produção” própria do capital. Esse dinamismo determinava não só a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, mas também a luta política interna do proletariado, em que diversas frações expressavam condições históricas ultrapassadas (como o “socialismo crítico-utópico”) ou influências externas à classe operária (como o “socialismo burguês” criticado no *Manifesto*). Outro aspecto abordado era a questão da maturidade das condições sociais para a revolução proletária. O *Manifesto Comunista* referiu-se a elas como responsáveis (pela sua ausência) do fracasso do “socialismo e comunismo crítico-utópico”, que “fracassaram necessariamente não só por causa do estado embrionário do próprio proletariado, como também devido à ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que apenas surgem como produto da época burguesa”.

A obra ulterior de Marx e Engels pode ser vista como uma pesquisa acerca da maturidade dessas condições, de suas causas aceleradoras e compensadoras, do desenvolvimento dos antagonismos de classe nos países capitalistas e da sua expansão mundial. Os autores do *Manifesto* deixavam claro que não pretendiam formar uma seita de iluminados (“os comunistas não constituem um partido à parte, oposto

aos outros partidos operários ...”), mas queriam formar um *partido*, uma entidade que não englobaria a totalidade dos membros da sua classe, nem sequer uma maioria deles, mas sua “fração mais consciente e resoluto”. A revolução proletária não era concebida no *Manifesto Comunista* sem a mediação da *política*. A passagem das “sociedades secretas” para as sociedades operárias de massa com objetivos políticos foi determinada pelas novas condições históricas. A Liga dos Justos devia alguns traços de sua organização secreta (e seu próprio conceito de comunismo) às sociedades secretas neo-babeuvistas com as quais as “comunas” da Liga em Paris tinham estreitas relações. Os membros da Liga estavam obrigados a difundir os princípios, fazer novos recrutamentos, fundar associações de operários e artesãos. Foi nos grandes centros da Liga, em Paris e Londres, e mais tarde em Genebra, que as “comunas” da Liga tiveram uma existência e uma atividade contínuas, apoiando-se sempre em associações operárias paralelas.

A mudança de orientação em direção da constituição de organizações operárias de massa, sem caráter conspirativo-autoritário, teve o seu epicentro na Inglaterra, onde o desenvolvimento industrial era mais avançado e a atividade da classe operária mais aberta. O horizonte político dos “Justos” foi ampliado consideravelmente: existia na Inglaterra uma classe operária nascida das fábricas que fazia valer suas reivindicações através do poderoso movimento cartista; havia liberdade de reunião e de associação; havia, além dos numerosos operários e artesãos de todos os países europeus, exilados políticos franceses, alemães, italianos e poloneses de todas as opiniões. Enquanto a antiga desconfiança em relação aos intelectuais começava a desaparecer entre os operários, que iam buscar suas armas intelectuais na filosofia, os filósofos descobriam nos operários, os “bárbaros” da “sociedade civilizada”, o elemento prático e ativo da emancipação do homem. Em finais de 1848, no entanto, o movimento cartista já estava esfacelado e derrotado. Com isso, fechava-se uma etapa histórica, iniciada em 1795, durante a qual viveu e se desenvolveu um radicalismo popular democrático. Engels rastreou as origens dessa tendência nos primeiros grandes levantes contra a aristocracia, “na época da Reforma e das guerras camponesas na Alemanha, a tendência dos anabatistas e de Thomas Münzer; na grande revolução inglesa, os *levellers*; e, na grande Revolução Francesa, Babeuf. E esses levantes revolucionários de uma classe incipiente são acompanhados, por sua vez, pelas correspondentes manifestações teóricas: nos séculos XVI e XVII, surgem as descrições utópicas de um regime ideal de sociedade; no século XVIII, teorias já declaradamente comunistas, como as de Morelly e Mably. A reivindicação da igualdade não se limitava aos direitos políticos, mas também às condições sociais de vida de cada indivíduo. Já não se tinha em mira abolir apenas os privilégios de classe, mas acabar com as próprias diferenças de classe”.²⁷ Karl Marx viu na tendência descrita por Engels “o partido comunista verdadeiramente atuante”.

Marx e Engels não pretendiam criar uma doutrina a mais, dentre as muitas que já existiam, e menos ainda que ela levasse o nome de um ou dois de seus fundadores. Isto (o batismo da “nova teoria” como *marxismo*) acabou acontecendo por razões alheias à sua vontade (anos depois, Marx chegou a afirmar, em carta a seu genro franco-cubano, Paul Lafargue, irritado com certas posições defendidas em seu nome, “só posso dizer que, certamente, eu não sou marxista”, e certamente não se trava só de uma *boutade*). O “profetismo” de Marx e Engels se limitava à afirmação de que, com a sociedade comunista (de cada qual segundo as suas capacidades, a cada qual segundo as suas necessidades) criar-se-iam as bases

para a superação da alienação política (representação mediada pela burocracia estatal), e da separação entre a sociedade política e a sociedade civil. Nas palavras do *Manifesto*, com a supressão do fundamento dessa cisão - a propriedade privada burguesa - desapareceria o “Estado Político” e, portanto, a democracia, forma mais desenvolvida desse Estado: “Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento, e sendo concentrada toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o seu caráter político... Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”. Marx e Engels combateram a ilusão dos revolucionários de 1848, a de que na base das diferenças e antagonismos de classe encontrava-se apenas a desigualdade política.

O *Manifesto*, segundo Franz Mehring, “não contém uma única ideia que Marx e Engels já não tivessem exposto anteriormente. Ele não revelava nada; ele apenas concentrava a nova concepção do mundo de seus autores em um espelho cujo vidro não poderia ser mais transparente nem o quadro mais circunscrito. A julgar pelo estilo, a forma definitiva do *Manifesto* deve-se principalmente a Marx, enquanto que Engels, como demonstra o seu projeto, conhecia com a mesma clareza as ideias que foram expostas, merecendo plenamente o título de coautor”.²⁸ Engels reconheceu, posteriormente, a paternidade de Marx sobre as “ideias fundamentais” do *Manifesto*. Ele, no entanto, havia tido um papel mais ativo do que Marx na “Liga”, o que fez nascer uma suposta divisão de trabalho entre um Engels “prático” e um Marx “teórico”, esquecendo o trabalho de organização feito por Marx nos três anos precedentes: “Os historiadores não levaram em consideração todo esse trabalho de organização de Marx quando fizeram dele um pensador de biblioteca. Não perceberam o papel de Marx enquanto organizador, perdendo assim um dos ângulos mais interessantes de sua fisionomia. Sem conhecer o papel que Marx exerceu entre 1846-47 como dirigente e inspirador de todo esse trabalho de organização, fica impossível compreender o grande papel que ele exerceu em seguida como organizador, entre 1848-49, na época da I Internacional”.²⁹

As revoluções de 1848 foram a prova de fogo e o batismo de sangue dos revolucionários da década de 1840. Embora a explosão *política* de 1848 fosse previsível, o seu alcance *social* estava longe de ser evidente: “A crise econômica que precedeu o 1848 - e sem a qual os movimentos insurrecionais não poderiam ter alcançado naquele ano uma amplitude muito superior àquela das conspirações tramadas ao longo das décadas precedentes, por sociedades secretas ou grupos de conspiradores, e inclusive aquela das banais ‘emoções’ populares - teve provavelmente um caráter excessivamente clássico, ‘normal’, para provocar uma peculiar inquietude em todos aqueles que fisicamente não foram vítimas dela”.³⁰ Coube a Marx prever a amplitude e a profundidade social dos acontecimentos revolucionários e formular um programa de acordo com essa perspectiva, que não era enxergada pela burguesia liberal, seus ideólogos e chefes políticos: “Os chefes do movimento liberal eram professores universitários. Eles eram hostis tanto aos plutocratas da França como à aristocracia privilegiada. Eles não se ocupavam do povo, acreditavam que os problemas deste não diziam respeito ao problema político, que é o único que lhes interessava. Dahlmann afinal não gostaria de ver fechado o acesso à escola para os filhos dos pobres, para manter o volume de mão de obra? O mínimo que podemos dizer é que a burguesia compreendia mal o problema social”.³¹ Para Karl Korsch, o prognóstico de Marx sobre 1848 ficou preso à visão dos revolucionários do

passado, ao contrapor o programa da revolução social à concreta revolução democrática que se desenvolvia: “A sociedade burguesa nascida da revolução, em sua sóbria realidade, acabou por contradizer em grande medida tanto as elevadas idéias que de seus resultados haviam se formado seus participantes e espectadores entusiastas, quanto o heroísmo, o sacrifício, os horrores, a guerra civil e as matanças populares que havia necessitado para vir ao mundo”.³²

O programa de Marx superava a perspectiva de uma revolução democrático burguesa nos países em que a burguesia não tinha ainda ascendido ao poder político. A revolução social, no entanto, recuou na década de 1850. No prefácio à edição alemã de 1890, Engels lembrou que o *Manifesto Comunista* “foi logo colocado num segundo plano pela reação que se seguiu à derrota dos operários em Paris, em junho de 1848”; “com o desaparecimento do cenário público do movimento operário, que começara com a Revolução de Fevereiro, também o *Manifesto* saiu da cena política”. A geo-história do *Manifesto*, no entanto, acompanhou o desenvolvimento político da classe operária. A partir da década de 1870, se multiplicaram as edições em alemão, ao calor do surgimento de desenvolvimento do partido socialdemocrata nesse país. Entre 1880 e 1900 houve uma mudança significativa: para 18 edições do *Manifesto* em alemão, houve 31 edições em russo: “Entre a morte de Marx (1883) e a de Engels (1895), ocorreu uma dupla transformação. Em primeiro lugar, o interesse pelas obras de Marx e de Engels intensificou-se com a afirmação do movimento socialista internacional. No curso desses doze anos apareceram não menos de 75 edições do *Manifesto*, em 15 línguas. É interessante notar que essas edições traduzidas nas línguas do Império czarista eram já mais numerosas do que as editadas no original alemão (17 contra 11)”.³³ O *Manifesto* acompanhava o fio geográfico da revolução. Com o retrocesso da revolução, o esforço fundamental de Marx centrou-se na procura na “anatomia da sociedade burguesa” (a economia política), do fundamento científico das propostas e princípios de ação política do proletariado, concluindo na redação de sua *magnum opus*, *O Capital* (“Crítica da Economia Política”), publicada em 1867. *O Capital* não alterou as conclusões políticas a que chegara previamente (como prova a republicação posterior dos trabalhos de 1840-1850, prefaciados por Marx e Engels, com correções mínimas).

O conjunto veio a constituir uma nova bagagem teórica: “O material intelectual acumulado por Hegel foi só uma das correntes que Marx e Engels fizeram desaguar no rio de sua nova teoria materialista da sociedade. Tomaram dos historiadores burgueses do período da Restauração o conceito de classe social e o de luta de classes; de Ricardo a fundamentação econômica das contradições de classe; de Proudhon a proclamação do proletariado moderno como única classe realmente revolucionária; dos acusadores feudais e cristãos opositos à nova ordem econômica nascida da revolução do século XVIII o desmascaramento dos ideias liberais burgueses, a invectiva cheia de ódio que acerta o alvo, do socialismo pequeno-burguês de Sismondi a aguda decomposição das contradições insolúveis do moderno modo de produção; dos iniciais companheiros de viagem da esquerda hegeliana, particularmente de Feuerbach,³⁴ o humanismo e a filosofia da ação, dos partidos políticos operários contemporâneos – os reformistas franceses e os cartistas ingleses – a importância da luta política para a classe operária; da Convenção francesa, de Blanqui e dos blanquistas, a doutrina da ditadura revolucionária; de Saint-Simon, Fourier e Owen, o conteúdo de seus objetivos socialistas e comunistas, a subversão completa dos fundamentos da sociedade capitalista, a

eliminação das classes e das contraposições de classe, e a transformação do Estado em uma simples administração da produção... O fundamento último da nova ciência marxiana não está em Hegel nem em Ricardo, nem na filosofia ou a economia burguesa. A investigação materialista da sociedade e a teoria da revolução proletária tem sua origem e impulsão decisiva na realidade do desenvolvimento histórico, nas grandes revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII e no novo movimento revolucionário da classe operária no século XIX”.³⁵

A existência de uma “corrente marxista” no interior do movimento operário e do pensamento revolucionário foi o resultado de escolhas estratégicas, vinculadas ao desenvolvimento de alternativas históricas diferenciadas para o movimento operário moderno. O termo “marxismo” foi inicialmente cunhado pelos seus adversários partidários de um “socialismo antiautoritário”, e se identificou pela defesa da ditadura proletária contra o bakuninismo, precursor do *anarquismo*, identificado por Engels como a expressão de setores artesanais em vias de proletarização, que opunham a base da sua própria existência social (a pequena propriedade) ao avanço da grande propriedade capitalista, propondo uma sociedade de “produtores (independentes) associados”.³⁶ Eric Hobsbawm tentou apontar um ponto cego na teoria marxista, que a tornaria semelhante às variantes do “voluntarismo político” criticado por ela: “A visão do *Manifesto* sobre o desenvolvimento histórico da sociedade burguesa, que inclui a classe operária por ela gerada, não levava necessariamente à conclusão de que o proletariado derrubaria o capitalismo e, ao assim fazer, abriria o caminho para o desenvolvimento do comunismo, porque visão e conclusão não derivavam da mesma análise. A meta do comunismo, adotada antes de Marx tornar-se ‘marxista’, não foi deduzida da análise da natureza e desenvolvimento do capitalismo, mas de um argumento filosófico, na verdade escatológico, sobre a natureza e o destino humanos. A ideia - fundamental para Marx dali em diante - de que o proletariado era uma classe que não poderia libertar-se sem com isso libertar a sociedade como um todo, primeiro aparece como uma dedução filosófica em vez de um produto da observação”.³⁷

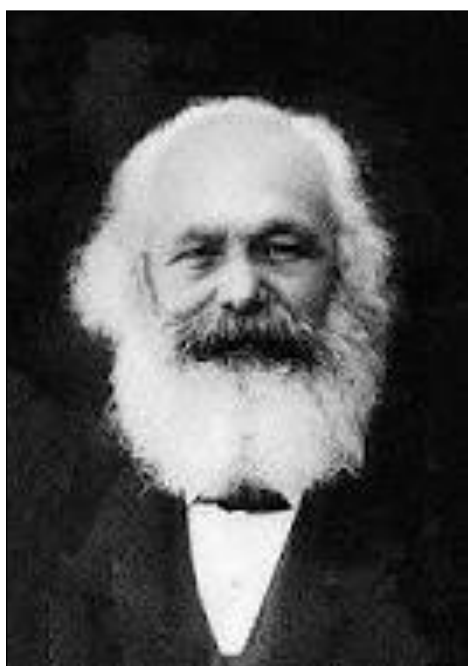


Figura 2 - Karl Marx, no final da sua vida, numa de suas últimas (e escassas) fotografias

Para Hobsbawm, entre outros muitos, a obra de Marx possuiria dois aspectos diversos e contraditórios: um deles *objetivo* (ou “científico”), a crítica das categorias da economia política; e outro *subjetivo* (ou “ideológico”), em que Marx afirmou “sem provas” nem argumentos lógicos a missão histórico-universal do proletariado como uma sorte de fé messiânica. De modo semelhante, Tawney argumentou que o marxismo representava para o proletariado o que o calvinismo, com seu despidorado elogio do enriquecimento “terrenal”, tinha sido para a burguesia ascendente. O marxismo seria, portanto, uma variante laica da religião, esquecendo que o sucesso do calvinismo se deveu, justamente, não ao aspecto religioso de sua doutrina, mas ao seu aspecto mundano, o elogio da conquista da riqueza material.³⁸ Marx partiu da luta proletária em desenvolvimento (a organização dos operários na Inglaterra, a insurreição dos trabalhadores franceses em Lyon, de 1844) para daí debruçar-se na análise do desenvolvimento contraditório do capitalismo como seu fundamento histórico: a revolução comunista não foi, para Marx, uma “dedução filosófica”, mas uma realidade histórica, não uma dedução, mas uma *premissa* fundada numa realidade histórica.

O papel do proletariado na derrubada do capitalismo era, no *Manifesto*, produto da observação empírica: “As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico”. A revolução comunista, certamente, não estava certamente inscrita na “natureza e desenvolvimento do capitalismo”, pois a análise científica deste só poderia levar à conclusão de que levava à humanidade a um estado de barbárie (o “estado estacionário” de David Ricardo ou a catástrofe anunciada por Thomas Malthus): a conclusão de que esse estado poderia e deveria ser rejeitado conscientemente pela maioria da sociedade, pela população trabalhadora, em prol de uma nova ordem social, derivava de uma análise do conjunto da história humana e de seu desenvolvimento. No entanto, na segunda metade do século XIX, o movimento operário foi gradualmente adotando outro tipo de direcionamento político e organizativo, ao mesmo tempo em que o capital conhecia um período de expansão mundial inédito. Um papel fundamental no novo direcionamento da classe operária organizada foi jogado pelo movimento cooperativo: as cooperativas eram compostas por grupos de operários que tratavam de romper o monopólio dos produtores e provedores, obtendo assim produtos mais baratos e não adulterados. Com Robert Owen fracassaram as tentativas iniciais de *produção cooperativa* e do estabelecimento de comunidades modelo. A primeira “utopia cooperativista” foi substituída por um objetivo mais limitado, a partir de 1843, quando os “Pioneiros de Rochdale” abriram uma mercearia sobre a base de repartir entre seus membros um dividendo proporcional à soma de suas compras. Os Pioneiros de Rochdale fizeram progressos, seus métodos suscitaram grande interesse e foram amplamente adotados, uma parte das energias da classe operária saiu da luta de classes para dirigir-se a um terreno mais limitado.

Ernest Jones e outros militantes cartistas criticaram severamente a evolução das cooperativas. Vinte anos depois, porém, havia 454 cooperativas na Inglaterra, a maioria no Norte do país, com centenas de membros. Em 1863 foi criada a *Cooperative Wholesale Society* (Sociedade Cooperativa no Atacado), generalizando a atividade para todo o país. Os operários viravam *administradores*.³⁹ Surgiram também as “Sociedades de Amigos” (*amicales*, na França), cujo crescimento refletiu a melhora da situação dos

operários qualificados. Sociedades desse tipo já existiam desde o século XVII, mas a sua expansão nacional na Inglaterra aconteceu em meados do século XIX. Para 1855 a *Old Fellows* tinha já 200 mil membros, e a *Ancient Order of Foresters*, 100 mil. Em 1872 tinham, respectivamente, 436.978 e 400.217 membros, e existiam muitas outras. Os operários ocupavam postos oficiais que lhes davam uma posição social reconhecida, e oportunidades para demonstrar suas capacidades de organização. Houve um estreitamento das atividades, uma limitação das perspectivas, uma divisão da classe em setores separados. A política de classe independente dos tempos cartistas já não era possível, nessas condições, com uma classe dividida, e com dirigentes que aceitavam cada vez mais “as ideias do radicalismo burguês”.⁴⁰

As principais cooperativas eram de crédito ou de consumo. Algumas vezes formadas por pequenos artesãos que, de fato, dominavam a totalidade do processo produtivo, mas em formas primitivas pré-capitalistas. A primeira alusão que Marx fez à questão foi em 1866, nas “Instruções” para os delegados do Conselho Geral Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), reconhecendo o movimento cooperativista como “uma das forças transformadoras da sociedade”. Contudo, o trabalho cooperativo era incapaz de abolir o capital e o regime político nele fundamentado. Só as mudanças sociais gerais, resumidas na conquista do poder político pelos trabalhadores, poderiam engendrar o socialismo. Marx recomendava aos operários que formassem preferencialmente cooperativas de produção, porque somente estas atacavam o alicerce do sistema capitalista. E advertia sobre o risco das “sociedades cooperativas degenerarem em vulgares *sociétés par actions* da classe média”. Em *O Capital*, foi analisado o instituto do crédito, das sociedades por ações (“empresas de capital aberto”) e as cooperativas, considerando-os semelhantes enquanto formas de passagem para um novo modo de produção associado. Porém, tratava-se de uma abolição do capital dentro dos limites do modo de produção capitalista.

O capital era superado como propriedade privada, pois a direção do processo produtivo e a propriedade do capital separavam-se. Esta se disseminava entre os acionistas, que passavam a viver de juros, ou seja, de uma parte alíquota da mais-valia criada pelos operários. Podia-se dizer que a classe burguesa desapareceria através desse processo? Não: ela se transmutaria numa “nova aristocracia financeira, uma nova espécie de parasitas na figura de fazedores e diretores meramente nominais; todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à incorporação de sociedades, lançamentos de ações e comércio de ações. É produção privada sem o controle da propriedade privada”.⁴¹ Igual método aplicava-se às cooperativas. Formalmente, elas eram pontos de passagem ou invólucros de transição para outro modo de produção, mas em sua organização real reproduziam os defeitos do sistema existente. Os trabalhadores eliminavam, no interior da empresa, a luta de classes, e assumiam a gestão da atividade produtiva, mas exteriormente atuavam, no mercado, como um “capitalista coletivo”.

Em 1871 Marx retornou ao tema e considerou as sociedades cooperativas, em seu papel de reguladoras da produção nacional, como uma manifestação da tendência social objetiva para o planejamento econômico e para o comunismo. Embora a passagem para o capitalismo dos monopólios só estivesse se iniciando, não escapou ao seu olhar a natureza dos novos fenômenos econômicos e políticos, nem deixaram de esboçar as matrizes teóricas que permitiriam, com base na análise das leis de movimento da economia e da sociedade burguesa, dar conta das contradições que a nova fase histórica do capitalismo

colocava para o movimento operário. As *trade unions* inglesas, por sua vez, evoluíram para constituir os sindicatos, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. As jornadas de trabalho tinham diminuído, o poder de compra do salário tinha crescido, mas ainda a situação nos bairros operários continuava precária, como se vê numa descrição do *East End* de Londres, feita por Arthur Morrison na década de 1880: "Um lugar chocante, um diabólico emaranhado de cortiços que abrigam coisas humanas arrepiantes, onde homens e mulheres imundos vivem de dois tostões de aguardente, onde colarinhos e camisas limpas são decências desconhecidas, onde todo cidadão carrega no próprio corpo as marcas da violência e onde jamais alguém penteia os cabelos". Paralelamente, a burguesia industrial foi impondo suas reivindicações econômicas contra a velha aristocracia, na forma do liberalismo econômico. A vitória do capitalismo, na sua forma industrial, se realizava plenamente.

O progresso econômico, porém, só beneficiava os abastados e acirrava a miséria social: "Em 1860 ainda morriam em média quinze homens por semana nas minas inglesas. Segundo o relatório sobre os acidentes nas minas de carvão (6 de fevereiro de 1862) morreu um total de 8.466 pessoas na década de 1852-61 [representando 847 acidentes mortais em média, por ano]. Mas este número é demasiado baixo, como o próprio relatório diz, porque nos primeiros anos, quando os inspetores acabavam de ser colocados nos seus cargos e as suas circunscrições eram demasiado extensas, não era declarada uma grande quantidade de acidentes e de mortes. Apesar da insuficiência numérica e dos fracos poderes dos inspetores, o número de acidentes diminuiu muito após a organização da inspeção - e contudo continua uma verdadeira matança. Estes sacrifícios de vidas devem-se, na maior parte, à avareza sórdida dos proprietários das minas que muitas vezes mandavam abrir só um poço, de modo que não existia ventilação suficiente nem saída possível se aquela ficasse obstruída".⁴²

No período em que o capital conheceu um auge econômico inédito (o terceiro quartel do século XIX, 1850-1875), sentando as bases de sua expansão mundial e, simultaneamente, as formas políticas de integração da classe operária ao seu regime social, Marx e Engels elaboraram as bases da análise da dinâmica histórica capitalista e de suas contradições. A doutrina que recebeu o nome de *marxismo* surgiu no quadro de uma efervescência revolucionária que não se limitou ao ativismo operário ou revolucionário, mas compreendeu também a crise das convicções otimistas a respeito do progresso ilimitado do capitalismo; a crise da sua crítica romântica, que animava as tendências dirigentes das revoluções de 1848; e, finalmente, na sua forma mais desenvolvida, a crítica às tendências para a adaptação das organizações sindicais e políticas da classe operária ao regime capitalista. Dai sua força teórica, que a pôs no centro do debate acerca das perspectivas históricas da humanidade na sociedade dominada pelo conflito entre capital e trabalho. Em 1881, pouco menos de dois anos antes de sua morte, uma revista londrina finalmente elencou Marx entre os líderes do pensamento de seu tempo, embora apenas no posto de número 23...

Notas:

¹ Graduação em Economia Política e História na Université Paris VIII (1979). E doutor em História comparada das sociedades contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983). Atualmente professor titular da Universidade de São

- Paulo na área de História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, movimento operário, capitalismo e socialismo. Email: coggiola@usp.br
- ² Thomas Morus. *Utopia*. Brasília, Universidade de Brasília, 2004, p. 43.
- ³ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*, cit.
- ⁴ Arthur Rosenberg. *Democracia e Socialismo*. História política dos últimos 150 anos. São Paulo, Global, 1986.
- ⁵ George Lichteim. *Los Orígenes del Socialismo*. Barcelona, Anagrama, 1970.
- ⁶ Alessandro Lucciola Molon. *Graco Babeuf*. O pioneiro do socialismo moderno. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002, p. 156.
- ⁷ David Riazanov. *Marx y Engels*. Buenos Aires, IPS, 2012.
- ⁸ In: Karl Obermann. Aux origines de la “Neue Rheinische Zeitung”. *Le Mouvement Social* n° 77, Paris, outubro-dezembro de 1971.
- ⁹ Carl Gebhardt. Spinoza. Buenos Aires, Losada, 1977, p. 84.
- ¹⁰ David Riazanov. *Op. Cit.*
- ¹¹ In: Hans Magnus Enzensberger. *Conversaciones con Marx y Engels*. Barcelona, Anagrama, 1974, p. 62.
- ¹² George Lichteim. *El Marxismo*. Un estudio histórico y crítico. Barcelona, Anagrama, 1964.
- ¹³ George Lichteim. *Breve Historia del Socialismo*, ed. cit.
- ¹⁴ Arno Münster. *Ernest Bloch*. Filosofia da práxis. São Paulo Editora da Unesp, 1993.
- ¹⁵ Anton Pannekoek et al. *Conselhos Operários*. Coimbra, Centelha, 1975.
- ¹⁶ Friedrich Engels. *Princípios de Comunismo e Outros Textos*. São Paulo, Mandacaru, 1990.
- ¹⁷ Pierre Léon (ed.). *Storia Economica e Sociale del Mondo*. Bari, Laterza, 1980, p. VIII.
- ¹⁸ Franz Mehring. *Karl Marx*. A história da sua vida. São Paulo, Sundermann, 2013.
- ¹⁹ Maximilien Rubel. *Karl Marx*. Essai de biographie intellectuelle. Paris, Payot, 1977.
- ²⁰ In: Hans Magnus Enzensberger. *Conversaciones con Marx y Engels*. Barcelona, Anagrama, 1974.
- ²¹ Denis Collin. Le malaise dans la civilisation. *La Sociale*, Paris, 2 de agosto de 2016.
- ²² George Lichteim. *El Marxismo*. Un estudio histórico y crítico. Barcelona, Anagrama, 1964.
- ²³ Jean-Christian Petitfils. *Os Socialismos Utópicos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- ²⁴ David Riazanov. *Op. Cit.*
- ²⁵ Michael Löwy. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- ²⁶ Fernando Claudin. *Marx, Engels y la Revolución de 1848*. México, Siglo XXI, 1976.
- ²⁷ Friedrich Engels. *Socialisme Utópique et Socialisme Scientifique*, cit.
- ²⁸ Franz Mehring. *Karl Marx*. A história da sua vida, cit.
- ²⁹ David Riazanov. *Op. Cit.*
- ³⁰ Guy Palmade. *La Época de la Burguesia*. México, Siglo XXI, 2000.
- ³¹ Félix Ponteil. *Les Classes Bourgeoises et l'Avènement de la Démocratie*. Paris, Gallimard, 1968.
- ³² Karl Korsch. *Dialectica e Scienza nel Marxismo*, cit.
- ³³ Eric. J. Hobsbawm. *Como Mudar o Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- ³⁴ Que escreveu, por outro lado, uma resenha elogiosa de *O Capital*.
- ³⁵ Karl Korsch. *Karl Marx*. Barcelona, Folio, 2001, pp. 201-203.
- ³⁶ Engels. *Scienza e passione rivoluzionaria* (Milão, Lotta Comunista, 1985).
- ³⁷ Eric. J. Hobsbawm. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- ³⁸ R. H. Tawney. *A Religião e o Surgimento de Capitalismo*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- ³⁹ Luc Bihl e Luc Willette. *Une Histoire du Mouvement Consommateur*. Mille ans de luttés. Paris, Aubier, 1994.
- ⁴⁰ A. L. Morton e G. Tate. *Historia del Movimiento Obrero Inglés*. Madri, Fundamentos, 1971, pp. 158-161.
- ⁴¹ Karl Marx. *O Capital*, vol. III.
- ⁴² Karl Marx. *O Capital*. Livro I, Vol. 2.

Recebido em 20/05/2018

Aprovado em 20/05/2018